

## À comunidade universitária

# A QUEM E PARA QUE SERVE A DECISÃO E APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA FORMAL À PROFESSORA DRA. MARIA BEATRIZ COSTA ABRAMIDES?

A decisão de aplicação de advertência formal à professora constitui mais uma tentativa de coibir a expressão do pensamento oponente, a manifestação política de insatisfação, o direito ao protesto contra a violação de princípios, a denúncia da ruptura unilateral de um pacto político-institucional, como ocorreu com o ato de nomeação da atual reitora da PUC-SP (o que não significa aqui desqualificar a pessoa e/ou a profissional nomeada);

A decisão de aplicação de advertência formal à professora extrai e isola do fecundo contexto de mobilização democrática de uma PUC viva, o episódio que a motivou, reduzindo a uma questão disciplinar um ato expressivo da vontade política de amplos segmentos da Universidade, conforme se evidenciou nas numerosas manifestações de alunos e professores a partir de novembro de 2012.

A decisão de aplicação de advertência formal à professora associa-se a uma tendência facilmente identificável na sociedade brasileira. Lá fora, os movimentos sociais e as manifestações populares são "criminalizados", de modo a justificar a repressão. Aqui se instaura um processo, buscam-se provas da "indisciplina" e aplica-se uma punição. É o administrativismo punitivo empenhando-se em esvaziar o potencial da prática política.

A decisão de aplicação de advertência formal à professora, ao imputar a um indivíduo a responsabilidade pela "obstaculização" de uma reunião, não apenas constrange e ameaça a professora advertida, mas desqualifica e desconhece o conjunto dos segmentos representados nas manifestações. Não apenas a pessoa da vice-presidente da APROPUC é atingida pela medida, mas a entidade de cuja direção é integrante.

A decisão de aplicação de advertência formal à professora pode, lamentavelmente, contribuir para aprofundar a cisão entre a direção institucional e vários segmentos da comunidade universitária, ao fazer prevalecer, dentre seus propósitos, o de "servir de exemplo" ou efeito-demonstração, com o fim de calar as vozes dissonantes.

A decisão de aplicação de advertência formal à professora, decorrido mais de um ano da deflagração do movimento de docentes e estudantes, indica insensibilidade política ao reacender um conflito que, embora latente, encontrava-se distensionado em um contexto em que se procura assegurar a viabilidade da gestão das unidades acadêmicas, o que poderia ser favorecido mediante o arquivamento do processo.

A decisão de aplicação de advertência formal à professora ampara-se em um processo que expressa as contradições presentes na Universidade. A conclusão da comissão processante não foi unânime, nem inequívoca. Mas, na decisão de aplicar a advertência, a ponderação da maioria em torno do "não restou provado" sucumbiu à gana acusativa e punitiva do "voto em separado", deslegitimando o próprio processo. É possível concluir que, também nesse caso, não se observou o critério da maioria?

A decisão de aplicação de advertência formal à professora insiste em ignorar o significado e o inestimável valor político, social e acadêmico da imensa quantidade de manifestações de apoio e solidariedade à professora Maria Beatriz e ao que ela tem representado por seu protagonismo nos movimentos sociais populares e democráticos, o que não fica "consignado em seu prontuário", mas não pode ser suprimido de sua trajetória pessoal, profissional e política.

A decisão de aplicação de advertência formal à professora é um ato autoritário que procura constranger e que entristece, decepciona, causa indignação, mas não logra minar a disposição de luta por uma Universidade regida por valores democráticos, capaz de abrigar a diversidade e o confronto de diferentes correntes de pensamento teórico e político, em consonância com a própria natureza da instituição.

A decisão de aplicação de advertência formal à professora é um retrocesso e representa um duro golpe naqueles que lutam pela democratização da universidade e da sociedade. Por essas razões,

Reivindicamos a revogação da aplicação de advertência formal à professora Dra. Maria Beatriz Costa Abramides E reafirmamos nossa posição:

- Pelo respeito aos votos da maioria;
- Por uma universidade autônoma, plural e democrática.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2014.

1. Professores da área de Serviço Social - Graduação e Pós-Graduação (conforme decisão de 10/2/14 do Colegiado do PEPG Serviço Social)
2. Pós-Graduandos em Serviço Social por sua representação junto ao Colegiado do Programa

# Continuam as manifestações contra a penalização da professora Bia Abramides

Nesta semana, além da carta dos colegiados de Serviço Social, manifestando a sua solidariedade à professora do curso Beatriz Abramides, diretora da APROPUC, uma série de entidades e outras pessoas enviaram suas mensagens de solidariedade.

Também na reunião dos professores, realizada na quinta-feira, 13/2 na APROPUC, o tema foi debatido e os professores enfatizaram a necessidade da continuidade da luta contra o autoritarismo presente na decisão da reitora nomeada. Algumas medidas foram debatidas como a realização de uma reunião geral na próxima quinta-feira, 20/2, às 18h, na sede da APROPUC, na qual, além dos professores serão convocados os estudantes. Ficou estabelecida também uma manifestação no Conselho Universitário de 26/2, para leitura do manifesto da APROPUC.

Abaixo divulgamos algumas das manifestações recebidas nesta semana.

O Conselho Federal de Serviço Social manifesta seu repúdio à atitude da PUC-SP contra a professora Maria Beatriz Costa Abramides, por sua atuação política

como dirigente da Associação dos Professores da PUC-SP (APROPUC).

É lamentável que essa universidade, palco de resistência histórica contra a repressão e o autoritarismo, contrariando a decisão majoritária da comissão sindicante que apurou as denúncias alegadas, aplique à professora Bia Abramides advertência formal, numa explícita postura repressora de criminalização da luta política e de cerceamento da liberdade de expressão. Nossa solidariedade e nosso apoio à Professora Bia Abramides e à APROPUC.

**Chapa "Tecendo na luta a manhã desejada", gestão 2014-2017.**

Meu sentimento é de indignação com essas atitudes bárbaras. Penso, e nos queremos a todo o momento fazermos acreditar que vivemos em um país democrático, livre, mas para e a quem essa liberdade e democracia são aplicadas? Ela existe de fato? Sequer podemos manifestar nossa indignação, sequer reivindicar nossos direitos? Olhem com zelo senhores governantes para estas verdadeiras aberrações que acontecem

bem à frente de nossos olhos! Bia, te amo, a admiro, estou com você, guerreira, verdadeira heroína dos tempos atuais. Precisamos muito da sua garra, competência, determinação, dentre outros predicados que vem conquistando durante essa longa trajetória em defesa dos direitos sociais humanos. Te amo!!!

**Maria Aparecida Pereira Dias**

Toda perseguição deverá ser banida do mundo!

**Rose Serra**

A igreja inicia a nova (velha) inquisição em pleno século 21. Bia Abramides, é mulher, é resistência, é luta, é cosmopolita solidária das lutas de classes, e também é uma educadora solidária. Ela esta muito além do diploma e do título, é um ser social planetário.

**José Soares da Silva**

A PUC-SP sempre teve a tradição de formar mais que profissionais, formar cidadãos. Em seu campus respirava-se democracia liberdade, até mesmo em momentos difíceis de nossa história. É triste, para quem, como eu, estudei na

PUC-SP há mais de 30 anos, ver no que a universidade se transformou.

**Izilda de Carvalho Ferreira de Araujo**

Venho manifestar minha indignação e da comunidade acadêmica da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense por esse ato vergonhoso de condenação e punição política, indo contra valores democráticos pelos quais esta mesma instituição foi palco de lutas. Todo nosso apoio e nosso abraço solidário.

**Ana Paula Ornellas Mauriel - Diretora da Escola de Serv. Social/Univ.Federal Fluminense**

É preciso organizar uma resposta rápida, forte e eficaz. Reitora imposta, sem voto e legitimidade: o que ela pensa que pode contra uma tão importante lutadora como a Bia Abramides? Vá tratar de resolver os problemas do seu cardeal "nomeador" com o Banco do Vaticano e deixe a reitoria da PUC-SP com alguém competente, democrata E COM VOTO!

**Frederico José Falcão Prof. do CTUR/UFRRJ e Doutor em Serviço Social/UFRJ**

## REUNIÃO GERAL

### DE PROFESSORES E ESTUDANTES

- Avaliação da situação da PUC-SP no início de 2014: contratos, novas medidas etc.
- Resposta da reitoria ao processo da professora Bia Abramides.

**20/3 - Quinta-feira  
18h -- sede da APROPUC**

**PUCViva**

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Roberto Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

**Apropuc:** Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

**Afapuc:** João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

**PUCViva:** 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

# Professores debatem situação da PUC-SP no início do semestre letivo

Reunidos na quinta-feira, 13/2, na sede da APROPUC, os professores discutiram a atual situação da universidade, principalmente depois da não abertura de turmas no início do semestre letivo.

Ficou patente para todos a degradação das condições de trabalho e salários dos docentes que, com o fechamento de turmas veem-se obrigados a reduzirem os seus contratos e, no limite, ficarem sem aulas, o que poderá acarretar em sua demissão.

Foram relatadas situações constrangedoras nas quais professores com mais de 30 anos de casa veem-se na situação de receberem vencimentos inferiores que o seu plano de saúde.

Os docentes propuseram que a APROPUC entre em contato com os chefes de departamento e que os docentes atingidos pelos cortes manifestem-se junto à entidade, para que assim a APROPUC possa ter uma real dimensão do quadro devastador deste início de semestre.

Uma nova reunião foi convocada para quinta-feira, 20/2, às 18h, na sede da APROPUC, para, juntamente com os estudantes debater os efeitos da atual situação.

O **PUCviva** ouviu também a situação de algumas unidades, como a Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, onde o principal impacto foi causado pela não abertura de turmas no curso de Fonoaudiologia. A Faculdade também sofreu com os cortes de contra-

to, uma vez que alguns arranjos tiveram de ser feitos por conta de supressão de turmas ou necessidade de incorporar aulas a professores que só tinham horas administrativas.

Já o diretor da Faculdade de Economia e Administração, FEA, Francisco Serralvo, informou que, comparando-se a situação da FEA com a de outras

unidades o "prejuízo" não foi tão grande. O maior impacto veio da não abertura de turmas de administração nos campi de Barueri e Santana porém a adequação de turmas de Trabalho de Conclusão de Curso e optativas, que se sujeitaram aos novos números impostos pelos gestores, causou algum rebaixamento no contrato de

professores.

Na última semana os alunos de Ciências Sociais compareceram ao Conselho de Ensino e Pesquisa, Cepe, para colocarem sua posição e protesto ao corte de turmas em sua faculdade. Nesta página divulgamos o texto apresentado aos conselheiros. Veja a íntegra do documento nesta página.

## **Carta dos Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais**

Nós, estudantes da Faculdade de Ciências Sociais queremos expressar nosso horror e repúdio ao fechamento de turmas nos cursos de História e Ciências Sociais, além da não abertura de nenhuma turma do curso de Geografia. Não obstante tamanho descaso, é sabido das intenções da Fundação São Paulo de repetir a grotesca ação de demissão em larga escala ocorrida no ano de 2006, em que por volta de 200 professores foram sumariamente caçados e desligados da universidade. É no sentido de expressar o desespero e o medo com relação ao horizonte sombrio no futuro da PUC-SP que nós, estudantes, nos manifestamos.

A situação é extremamente grave e beira o colapso da universidade, enterrando sua história de luta. Seu algoz é conhecido: a política de reestruturação acadêmica, administrativa e econômica perpetrada pela Fundação São Paulo.

Com o argumento de combate ao rombo financeiro, a Fundação aplica uma política de elitização e dimi-

nuição da universidade; política esta que é contrária até mesmo à lógica capitalista, tomando como exemplo a redução de 1200 estudantes entre os anos de 2011 e 2012, sobretudo por conta dos altos preços e da queda da qualidade acadêmica em geral; números que certamente se mantêm neste último ano.

Apesar de os esforços neste e nos outros colegiados da universidade serem quase nulos, pois as decisões últimas estão sempre à cabo do Consad, os estudantes não abrem mão de lutar contra o programa da Fundação em todas as instâncias possíveis.

Lutamos não apenas porque sentimos na pele a decadência da universidade, mas porque acreditamos que cursos como Ciências Sociais, História, Geografia e Filosofia construíram a história da PUC-SP com seus quadros docentes e seus alunos excepcionais e ainda tem muitos pontos a oferecer à universidade, seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito financeiro. Para tanto basta que a direção da universidade e seu corpo acadêmico abandonem o projeto de apequenamento proposto pela Fundasp. A PUC-SP pode e deve resgatar seu nome e seu

lugar entre as principais instituições de ensino do país, mantendo sempre sua característica vanguardista.

Então nos perguntamos: como a Fundação e a reitoria querem falar de excelência acadêmica sendo que os esforços são para acabar com os nossos cursos? Até quando as medidas tomadas seguirão os mesmos trilhos que vem descarrilhando a universidade nos últimos anos? As mesmas medidas foram tomadas anos atrás e os resultados apenas agravaram os problemas. É necessário cometer o mesmo erro novamente para aprender a lição?

Lembramos que não somos apenas contra este projeto, mas estamos dispostos a colaborar com outro futuro, desde que nossos esforços sejam de fato ouvidos no mesmo grau que as demandas da Fundasp; já que somos nós, junto aos professores, que mantemos mais esta instituição do que os que alegam manter.

**Bruno Corrêa Bortolotto e Andre Aliperti  
Conselheiros discentes  
da Faculdade de Ciências Sociais no CEPE**

## FALA COMUNIDADE

# Crise da PUC-SP atinge o curso de Jornalismo

*Hamilton Octavio de Souza*

Desde que foi criado, em 1978, pela primeira vez o curso de Jornalismo da PUC-SP tem menos alunos matriculados no 1º ano do que o número de vagas oferecidas no vestibular. É um sinal claro de que após 35 anos de funcionamento o curso não atrai mais tantos alunos e corre sério risco de definir e acabar fechando as portas - assim como tantos outros cursos da PUC-SP que não conseguiram abrir turmas nos últimos anos.

Existe evidentemente uma crise mais geral que atinge a Universidade há vários anos, que está relacionada com o aumento da concorrência no ensino superior privado, elevação incompatível dos preços das anuidades, queda no conceito público da PUC-SP, péssima capacidade gerencial, baixa condição de investimento na infraestrutura e a entrada de vários cursos - antigos tradicionais e novos mal concebidos - na espiral da decadência: redução de alunos, demissão de professores, junção de turmas e queda de qualidade no ensino.

Esse processo de declínio tem sido implacável com o enxugamento tanto de cursos que já foram de primeira linha, considerados de excelência e referência nacional - como os de Educação, Psicologia, Serviço Social, Fonoaudiologia - quanto de cursos importantes na composição do saber e da riqueza intelectual de uma Universidade, como os de Filosofia, Letras, Ciências Sociais, História e Geografia. Tudo indica que, no caso da PUC-SP, ninguém vai escapar do desastre, nem mesmo os poderosos cursos de Direito, Economia e Administração, que também sofrem com a perda de alunos.

Afinal, quais são os motivos da crise? Por que a PUC-SP vem perdendo alunos enquanto outras

instituições privadas crescem todos os anos? Por que o curso de Jornalismo, que permaneceu firme e forte durante anos, acabou finalmente na vala comum da decadência? Evidentemente as respostas a essas questões dependem de inúmeros dados e de análise ampla, aprofundada e criteriosa, que contemple as diferentes visões. Mas, tendo em vista a urgência desse debate, no curso de Jornalismo, arrisco uma interpretação preliminar, rápida, apenas com o intuito de estimular outras iniciativas.

## HISTÓRICO

Podemos considerar, por exemplo, que o colapso decorre de fatores em três níveis: 1) o externo, que tem a ver com o ambiente do ensino superior no país, a relação da universidade com a sociedade e a conjuntura política, econômica e social; 2) o geral, que está relacionado ao conjunto da PUC-SP enquanto instituição, a sua crise estrutural e conjuntural; e 3) o interno, que diz respeito especificamente ao curso de Jornalismo, a sua inserção no ensino superior e na profissão, seu projeto pedagógico e seus diferenciais na comparação com outros cursos em São Paulo.

Sinteticamente podemos dizer que a PUC-SP consolidou o seu estilo de universidade e seu conceito público nos anos de 1970 e 1980, no período em que conseguiu aglutinar um corpo docente e um alunado fortemente engajados nas lutas sociais e na defesa das liberdades democráticas. Contava inclusive com a presença de inúmeros professores do mais alto nível, como Otávio Ianni, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Maurício Tragtenberg, Perseu Abramo, entre outros - gente que não se importava com penduricalhos acadêmicos, mas com a produção de conhecimento e a boa formação das pessoas. Alguns inclusive foram autômatas, não eram caçadores de

títulos nem alpinistas de carreira.

Nesse período, com situação econômica e administrativa relativamente estável, graças a repasses de dinheiro público e um número crescente de alunos da classe média paulista, a PUC-SP pode construir um modelo de Universidade exemplar para o Brasil da época, com salários mais justos do que os de outras instituições, quadro de carreira acessível, contrato de trabalho integral, participação discente intensa e forte inclusão social por meio de diferentes tipos de bolsas de estudo. O coroamento desse processo foi estimulado pelo arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, que assegurou a realização de eleições livres e diretas para a Reitoria e para todos os cargos de coordenação, chefia e órgãos colegiados (sem restrições políticas e burocráticas), além de apoiar a livre atuação de religiosos e leigos vinculados à Teologia da Libertação dentro da Universidade.

Por duas décadas, pelo menos, a PUC-SP se tornou uma importante referência nacional, pela dedicação dos professores ao ensino e à pesquisa do que havia de mais avançado e transformador nas várias áreas do conhecimento; pela autonomia em relação à Igreja Católica; pela democracia interna (real e efetiva) e, principalmente, pela enorme inserção social de professores, funcionários e estudantes, que transformaram a PUC-SP num grande centro de reflexão, debates, ação e irradiação na sociedade.

## DECADÊNCIA

A PUC-SP gloriosa começou a morrer nos anos 1990, com o corte dos repasses públicos, a sequência de crises financeiras, o aumento abusivo das anuidades para bancar o padrão salarial da Universidade, o envelhecimento e a acomodação de muitos professores, a exclusão de outros, a perseguição crescente aos seguidores da

Teologia da Libertação, o fortalecimento das correntes neoliberais, a forte concorrência de inúmeras instituições privadas com preços menores, a consolidação de uma casta dirigente conservadora, burocrática e alienada da conjuntura política e social - tudo isso foi corroendo, aos poucos, em duas décadas, o que havia sido construído nos anos anteriores.

Desde então, o que se viu na PUC-SP foi o sucateamento da infraestrutura, a precarização das instalações e a desatualização dos laboratórios, o esgarçamento das relações internas, a perda crescente de alunos, o aumento da intervenção da Igreja, o abandono de princípios e valores que tinham marcado positivamente a Universidade e a mediocrização das gestões nas diferentes unidades. Tudo isso levou à falência intelectual e física de vários cursos, ao mesmo tempo em que a casta dominante embarcou na fantasia de que a instituição poderia viver eternamente apenas com as glórias do passado, e, para se livrar da crise, passou a jogar a PUC-SP cada vez mais na vala comum das escolas de mercado, mas sem abrir mão (para o grupo dirigente) de privilégios adquiridos nos tempos áureos.

Em 2005, já com a Universidade afundada em enorme dívida bancária, com gestão autoritária, arrogante e perdulária, o então arcebispo de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, em carta ao Conselho Universitário, pediu medidas para o corte dos altos salários - muito acima do mercado de trabalho e da média dos professores e funcionários da própria PUC-SP. Na época, a Universidade gastava uma fortuna com o número abusivo de cargos comissionados e com contratos fictícios da Pós Graduação, que pagava mensalmente centenas de horas

continua na próxima página

continuação da página anterior

para professores que não davam aulas, não orientavam alunos e não prestavam qualquer serviço para a PUC-SP. Mas a Reitoria preferiu fazer uma demissão massiva, que atingiu mais de 600 professores e outro tanto de funcionários, entre os quais muitos desafetos políticos e aqueles que mais se dedicavam às salas de aula da graduação.

Durante anos, diretores da APROPUC e inúmeros professores preocupados com o destino da Universidade, chamaram a atenção para o processo de declínio, propondo a redução das anuidades, em especial dos cursos com menor procura; a ampliação das bolsas em convênios com governos, agências públicas; a dinamização e atualização dos cursos, maior dedicação e o envolvimento dos professores com os cursos de graduação; a desburocratização da máquina administrativa e outras medidas que permitiriam a reabilitação dos cursos e a reanimação de professores e alunos; a maior inserção dos professores na sociedade. Mas, ao contrário, as seguidas gestões caminharam na direção contrária, entraram na lógica da elitização, não apenas da seleção econômica dos alunos, mas a própria elitização do professorado. Deu no que deu.

## RESISTÊNCIA

O curso de Jornalismo resistiu bravamente, durante vários anos, às ondas neoliberais que tomaram

conta de boa parte da PUC-SP, que transformaram muitos cursos em treinadores de mão de obra para o mercado, sem formação de massa crítica e sem maiores compromissos com a experimentação e o processo de transformação da sociedade. O curso resistiu bravamente aos ataques dos modismos e oportunismos acadêmicos - como os da semiótica e de outros clubes do charlatanismo - que queriam transformar o Jornalismo no pântano genérico das comunicações, sem visão clara de objeto de estudo, de formação profissional e do papel da profissão na sociedade. Graças a essa resistência, o Departamento de Jornalismo evitou inúmeras medidas que teriam esfacelado e descaracterizado o curso, como aconteceu com os demais cursos da Faficla (ex-Comfil), todos levados à falência.

O curso de Jornalismo terá inevitavelmente o mesmo destino de outros cursos detonados se seguir as mesmas receitas indicadas pelos dirigentes da Universidade, entre as quais a manutenção do alto preço da anuidade (Quem pode pagar R\$2.000,00 por mês?), a burocratização na gestão do curso, a falta de apoio para as atividades complementares de professores e estudantes, as restrições impostas aos professores que são jornalistas, que servem de referência no meio universitário e que são reconhecidos e respeitados no meio jornalístico.

Tudo indica que será muito difícil salvar o Jornalismo, isoladamente, sem uma mudança geral na

gestão da Universidade, mas, de qualquer forma, se quiser pelo menos evitar a degradação rápida e ganhar alguma sobrevivência, o curso de Jornalismo - por seus professores e alunos - precisa urgentemente adotar uma série de medidas:

1º - É preciso baixar imediatamente o preço da anuidade do Jornalismo aos níveis compatíveis com os cobrados pelos cursos de faculdades privadas como o Mackenzie, Cásper Líbero, Metodista e Anhembimorumbi; é preferível ter as turmas cheias com anuidades menores do que turmas esvaziadas com anuidades maiores.

2º - É preciso concretizar imediatamente um programa de bolsas de estudos coordenado pela Fundação São Paulo, de comum acordo com o Departamento de Jornalismo, que possibilite o preenchimento de pelo menos 30% das vagas do curso para estudantes provenientes de escolas públicas e de cursinhos populares como o Educafro e Uneafro; as bolsas devem ser financiadas por um fundo da Igreja Católica formado com a contribuição de governos, empresas privadas, agências internacionais e ex-alunos da PUC-SP.

3º - É preciso retomar imediatamente o que consta no projeto original do curso, que prevê a convivência equilibrada e harmoniosa de jornalistas profissionais e acadêmicos do Jornalismo, de tal maneira que possam conduzir o curso sem restrições e discriminações de qualquer espécie; a divisão dos professores em categorias com di-

reitos diferentes, para o exercício das mesmas funções e atividades, é inaceitável e impede a rica complementação de conhecimentos.

4º - É preciso estabelecer como conduta geral para todos os professores do curso de Jornalismo, além da total dedicação às aulas, o envolvimento com projetos de extensão universitária, iniciação científica e produção jornalística vinculada aos diferentes veículos da imprensa e dos movimentos sociais, de tal maneira que se possa estimular os alunos ao desempenho da profissão e se possa difundir o compromisso da PUC-SP com a transformação da sociedade.

5º - É preciso criar um Grupo de Trabalho, com a participação de professores e alunos, para cuidar da divulgação ampla de todos os projetos e produtos laboratoriais do curso de Jornalismo, que organize debates, palestras e visitas aos cursinhos e escolas do ensino médio, e que elabore um plano detalhado para os próximos vestibulares da Universidade, de tal maneira que se consiga ampliar ao máximo o número de inscritos no curso de Jornalismo da PUC-SP.

Se o Departamento de Jornalismo não sensibilizar e mobilizar professores e alunos para o enfrentamento urgente dessa crise, com certeza o curso de Jornalismo tende a desaparecer nos próximos anos. Aí, só restará o desejo de que o fim seja suave para todos nós.

**Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor.**

## APROPUC lança revista PUCviva nº 43 no dia 13/3

Para onde vai o Brasil? Este é o título da revista PUCviva nº 43 que discute as mobilizações sociais e as perspectivas do país. A revista será entregue nas próximas semanas aos associados da APROPUC e já tem a data de seu lançamento marcada para 13/3, às 19h, na sala 117-A, com um debate com os articulistas.

Entre os principais artigos da revista está o texto do professor Osvaldo Cogiola O Brasil foi para a rua: e agora? Erson Martins de Oliveira debate o papel das forças políticas na atual con-

juntura. Já Lucio Flavio Rodrigues de Almeida tece algumas reflexões sobre as manifestações de junho. "Uma cena política em convulsão" é o tema de Milton Pinheiro, enquanto David Montenegro se debruça sobre os levantes populares. Edison Urbano parte da premissa de que as jornadas da juventude inauguram uma nova etapa na luta de classes, já a militante dos movimentos sociais Helena Silvestre defende uma revolução urbana. Daniela Mussi e Alvaro Bianchi questionam se estamos chegando ao fim de um ciclo político no Brasil. João Quartim de



Moraes discute uma das consequências das jornadas de junho, a contratação de médicos cubanos. Felix Pablo e Victoria Darling veem a posição da presidente Dilma perante a força das ruas e, fi-

nalmente o professor de filosofia da PUC-SP Jonnefer F. Barbosa escreve em defesa da universidade de estudos.

Professor! Compareça ao debate e leve seus alunos.

## GAUCHE NA VIDA

**"Eu, não, meu senhor"***José de Souza Martins*

Era de noite. Foi no Flamengo. Trinta marmanjos chegaram em 15 motos. Os quatro adolescentes caminhavam para Copacabana, "para tomar um banho de mar". "Era (um) fortão e tinha um magrinho. O magrinho já chegou jogando a moto em cima. Vou matar! Vou matar os quatro!" A moto e a enturmação fizeram o magrinho ficar fortão e valente. O magrinho foi acusando: "Bando de ladrão, fica roubando bicicleta dos outros". Três dos garotos conseguiram fugir. O menino de 15 anos, não. Nenhum deles estava de bicicleta.

Desde quando seus antepassados foram trazidos da África, empilhados em navios negreiros, para serem vendidos no Valongo depois de estirados na praia para destravar o corpo, o menino negro sabe quem manda e quem obedece. O tronco e a chibata no lombo de seus antepassados surraram também sua memória e lhe ensinaram as lições que sobrevivem 125 anos depois da liberdade sem conteúdo da Lei Áurea. A lei que libertou os brancos do fardo da escravidão antieconômica. Mais de um século depois, o menino ainda sabe como é que se fala até mesmo com moleque que herdou os mimos da casa-grande: "Eu não, meu senhor, todo mundo aqui é trabalhador", defendeu-se.

Esse menino descende de homens livres há mais de um século. Mas a chibata ficou lá dentro da alma,

ferindo, dobrando, humilhando, criando desconfiança, ensinando artimanhas de quilombo para sobreviver. Esse "meu senhor" diz tudo, fala alto, grita na consciência dos que a tem. Esse "meu senhor" desdiz a liberdade, desmente a Lei Áurea, nos leva de volta aos tempos da senzala, do tronco e do pelourinho. Esse "meu senhor" expressa uma liberdade não emancipadora, que não integrou o negro senão nas funções subalternas de uma escravidão dissimulada, mas não na ressocialização para a liberdade e para a cidadania. Quem acusa o menino não sabe que a sociedade não pode colher o fruto que não semeou.

No dia 13 de maio de 1888 não libertamos ninguém. Continuamos todos escravos da escravidão que não acaba, da moral retorcida que nos legou, da consciência cindida que nos faz crer que somos uma coisa sendo outra. No mundo novo da liberdade abstrata de um contrato fictício não podemos nos encontrar porque não encontramos o outro, não podemos ser livres porque não nos libertamos no outro, não podemos ter direitos de que os outros carecem.

O menino levou uma surra de capacetes. "Bateu, bateu", disse ele a uma repórter. Desmaiou. Foi ferido a faca na orelha. Com uma trava de bicicleta, foi amarrado pelo pescoço num poste. Coisa de gente muito valente, coisa de macho: 30 homens contra um menino franzino. E na Câmara dos Deputados houve quem se orgulhasse disso. Confessou um depu-

tado mais inclinado ao justicamento do que à Justiça: "Praticou um ato corajoso quem deu uma surra nesse vagabundo, porque os moradores estão cansados de serem roubados e assaltados por essa gentinha". Isto é, gentinha, populacho, ralé. O mesmo tratamento que tinha vigência antes da lei do 13 de Maio, quando o escravo era considerado coisa, semovente, mercadoria, um ser abaixo da condição humana. Mero animal de trabalho, com a diferença de que das azêmolhas diferia porque falava, gemia, chorava, sabia.

A Lei Áurea trouxe implícita a igualdade jurídica do negro liberto, coisa que não ficou muito clara na Constituição de 1891, que condicionou a cidadania ao ter propriedade e ao ser alfabetizado, não ser mendigo, não ser mulher, não ser praça de pré. A igualdade do 13 de Maio era, portanto, uma igualdade relativa. Porém, quem não é igual não pode ser livre. O deputado que agora, no próprio Parlamento, se congratula com os agressores do menino negro, revoga a Lei Áurea, restaura a inferioridade social do cativo e dos filhos e herdeiros do cativo. Traz de volta o feitor.

O Estado brasileiro, de que o deputado é membro e privilegiado beneficiário, é um Estado omissor, descumpridor das próprias leis que inventa e promulga. A delinquência juvenil é fruto dessa omissão e do desamparo que engendra e alimenta. Mas fruto, também, da pseudocidadania dos atiradores de pedra e dos linchadores, dos que reclamam direitos, omitin-

do-se quanto aos deveres correspondentes. No próprio caso ocorrido no Flamengo, alguns boyzinhos de 14 que foram presos e já estão soltos declararam que patrulham "o Aterro em busca de potenciais autores de delitos". O caso do menino deixa claro que os "potenciais autores de delitos" têm cor e raça. O vigilantismo reacionário ergue uma muralha de terror para criar um território fechado e excludente, só deles. Uma pátria particular, impatriótica.

O menino foi libertado pelos bombeiros que o socorreram. Tiveram que usar maçarico para cortar o cabo de aço que lhe atava o pescoço ao poste. Foi levado para o hospital. De lá fugiu e foi espontaneamente se apresentar na casa abrigo da prefeitura do Rio. Os agressores louvados pelo deputado não se apresentaram em lugar nenhum. Fugiram. Por aí se vê que ao menos o menino tem recuperação.

*José de Souza Martins é sociólogo, professor emérito da Faculdade de Filosofia da USP, organizador e coautor de o "Massacre dos Inocentes" (Hucitec, 1993)*

**Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.**

## MOVIMENTOS SOCIAIS

# MST realiza congresso e cobra reforma agrária de Dilma

De 10 a 14/2, em Brasília, o MST realizou seu VI Congresso Nacional. Tendo como lema "Lutar! Construir, Reforma Agrária Popular", 15 mil trabalhadores e trabalhadoras de 23 estados brasileiros, além de 250 convidados internacionais, participaram da maior instância de decisão do Movimento. O principal objetivo do Congresso do MST foi discutir e fazer um balanço crítico da atual situação do movimento, além de traçar novas formas de luta pela terra, pela Reforma Agrária e por transformações sociais.

Na ocasião também se debateu um novo progra-

ma da Reforma Agrária para o país: a Reforma Agrária Popular. Na programação foram realizados debates em torno do desafio organizativo do movimento, o papel político dos assentamentos, a participação da mulher e dos jovens na luta. Houve também um ato político em defesa da Reforma Agrária, na quarta-feira, 12, que terminou com confronto entre manifestantes e policiais, mas conseguiu uma reunião com a presidenta Dilma.

No encontro com a presidenta e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, o movimento afirmou que a reforma

agrária parou no Brasil, e que o governo Dilma foi o que menos assentou famílias desde FHC. Em contraposição, o governo prometeu assentar 35 mil famílias no ano que vem. O MST, de seu lado, reivindica 100 mil famílias com terra. Além disso, o movimento também expôs a indignação com a preferência que Dilma tem mostrado pelo agronegócio frente à agricultura familiar, de onde vem a maior parte dos alimentos que vão para a mesa do brasileiro. A APROPUC apoia o congresso do MST e a luta pela reforma agrária no Brasil.

## Movimentos e sindicato repudiam jornalista do SBT

A apresentadora Rachel Sheherazade, do SBT, uma das empresas do comerciante e apresentador Silvio Santos, foi duramente criticada em nota do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro por ler um editorial em que considera "até compreensível" que grupos fascistas, organizados no bairro do Flamengo, Zona Sul do Rio, tenham prendido a um poste, com um cadeado de motocicletas aferrolhado ao pescoço, completamente nu, um jovem negro e pobre, acusado de furtos aos moradores.

A "Nota de repúdio do Sindicato e da Comissão de Ética contra declarações da jornalista Rachel Sheherazade", divulgada na quarta-feira, 12/2, cobra um posicionamento firme por parte da Federação Nacional dos Jornalistas Brasileiros contra a

apresentadora. Segundo os jornalistas cariocas, "canais de rádio e TV não são propriedade privada, mas concessões públicas".

As manifestações de repúdio à ação preconceituosa da jornalista também tomaram conta da internet, nas principais redes sociais,

sendo um dos assuntos mais comentados da semana passada. A APROPUC, assim como outros movimentos sociais que também se posicionaram contrários ao desrespeito dos direitos humanos praticado por Sheherazade, também repudiava a ação da jornalista.

## Andes-SN organiza congresso nacional

Entre os dias 10 e 15/2, o Andes-SN, sindicato que representa os docentes do ensino superior brasileiro, realizou seu 33º Congresso Nacional.

O congresso aconteceu na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) com o tema "organização docente e integração nas lutas sociais" e reuniu professores das mais variadas áreas do saber de todo o país.

No dia 12/2, a plenária de centralidade de luta aprovou a

"defesa do projeto de educação pública, com verbas exclusivamente para a educação pública, e da desmercantilização da educação, carreira e salário que valorizem os docentes", além de fortalecer a parceria com movimentos sociais e com a CSP-Conlutas, central sindical na qual o Andes-SN é filiado. A APROPUC se solidariza com a luta do Andes por travar a mesma batalha em defesa da docência dentro e fora da PUC-SP.

**Tupinambás  
reúnem-se  
na APROPUC para  
pedir demarcação**

Os indígenas Tupinambás de Olivença, distrito de Ilhéus, sul da Bahia, Casé Angatu, Porang e Bijupirá viajaram a São Paulo para denunciar, em reunião realizada na sede da APROPUC, a demora na demarcação de suas terras. "Em Olivença, está correndo sangue indígena, o governo tem que demarcar a nossa terra já!", afirma Casé Angatu.

Hoje uma base policial e empresas de extração de areia ocupam em Olivença o território que já foi reconhecido como aldeia indígena num relatório da Funai em 2009. Porém, Angatu adverte que, além de não ter conseguido até hoje a demarcação e homologação das terras indígenas pela demora do Governo, o relatório também corre perigo de não ser aprovado por pressão da bancada ruralista.

Segundo o indígena Bijupirá, enquanto o governo prote-la, se constrói um cenário de violência contra as comunidades indígenas: "É a própria polícia quem dispara dentro da nossa casa, contra nosso povo", denuncia o tupinambá, que em 2011 perdeu uma perna por disparo de fuzil da polícia dentro da aldeia.

Após 500 anos da invasão portuguesa que tirou a posse da terra dos povos originários, o regime colonialista do território e o genocídio contra os tupinambás continuam. Sendo assim, os Tupinambás de Olivença intensificaram as lutas de retomada, porque "sem pressão política não sai demarcação de território", disse Casé Angatu. A APROPUC apoia todas as nações indígenas em sua luta pela vida e demarcação de seus territórios.

# ROLA NA RAMPA

## Cursos continuam com atividades de recepção aos calouros

Durante a terceira semana letiva do ano, alguns cursos ainda programam atividades para apresentar a universidade e temas ligados a ela e aos cursos para os calouros. O CA 22 de Agosto, do curso de Direito, montou uma programação para a semana inteira, começando com a discussão sobre democracia universitária e a importância de lutar pela saída da reitora imposta Anna Cintra. Pela manhã, às 9h, no auditório 239, o professor Leonardo Massud, do departamento de Direito e diretor da APROPUC, dividirá a mesa com Jorge Souto Maior, jurista e professor da USP, com um representante do DCE-Livre da USP e um membro da Construção Coletiva. Já à noite, 19h30, Vladimir Safatle, filósofo e professor da USP, Priscilla Cornalbas, do departamento de Educação e diretora da APROPUC, assim como o DCE-Livre

da USP e a Construção Coletiva, debatem o tema. Na terça-feira, dia 18/2, pela manhã, o tema é "Direito para quem e para quem?", com os palestrantes Gustavo Junqueira (defensor público e professor de Direito da PUC-SP), Flávia Pivolesan (professora de Direito da PUC) e membro da Rede 2 de Outubro; pela noite, os palestrantes serão Plínio Gentil (professor de Direito da PUC-SP), Pedro Serrano (professor de Direito da PUC-SP) e Toninho Ferreira (advogado dos ex-moradores do Pinheirinho). Na quarta-feira, o tema discutido é a Copa do Mundo e o papel dos movimentos sociais em 2014 no Brasil. Pela manhã, Comitê Popular da Copa, Atnágoras Lopes (CSP-Conlutas), Movimento Passe Livre, Daniela Libório (professora de Direito da PUC) promoverão a discussão, enquanto à noite, além do Comitê Popular da Copa e do MPL, Mariana Fix, urbanista e professora de Economia da

Unicamp, e Givanildo Manoel, do Tribunal Popular, comporão a mesa. Na quinta, com um tema mais voltado para o próprio curso, a Assistência Judiciária 22 de Agosto, Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, Assessoria Jurídica Universitária Popular e Amanda (Advogada e membro do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária) debaterão o papel do Direito na sociedade. A noite, a advogada popular Carolina Freitas estará na mesa. Para encerrar a semana, as opressões entram em discussão com Leonardo Sakamoto (jornalista e professor da PUC-SP), Alvaro Gonzaga (professor de Direito da PUC-SP), Coletivo Feminista Yabá e o Coletivo ProUni-se da PUC-SP. À noite, além dos Coletivos Yabá e ProUni-se, Sankofa e Glamour Garcia estarão na mesa. Na Faculdade de Ciências Sociais, o coletivo Nu-SOL apresenta no Tucarena, dia 17/2, às 19h30, a aula-teatro 14, "anti-segurança".

## SINPRO inicia campanha salarial 2014

Os professores reunidos em assembleia na sede do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo, SINPRO-SP no sábado, 8/2, aprovaram a lista de reivindicações, dando início à campanha salarial da educação básica de 2014 - dentre as pautas, estão aumento do poder aquisitivo e a renovação dos direitos sociais da convenção coletiva de trabalho, além de aumento da PLR, da hora-atividade, regulamentação do trabalho realizado fora da sala de aula e vale-alimentação. A assembleia aprovou também a unificação das reivindicações com os demais sindicatos do estado de São Paulo. A pauta final foi entregue aos representantes patronais na reunião do dia 11/2. Por outro lado os sindicatos patronais querem o fim das férias coletivas dos professores, o fim da cesta básica, a redução do recesso para 20 dias, o fim da licença em caso de morte ou casamento e o não pagamento do recesso na demissão no fim do ano.

## APROPUC inicia processo para eleição de sua diretoria

No dia 11/3, terça-feira a APROPUC convoca uma assembleia em sua sede para abertura do processo eleitoral para sua diretoria no biênio 2014/2016.

As eleições deverão ocorrer ainda neste semestre. Para ser candidato ou poder votar o professor não associado deverá associar-se na APROPUC até o dia 17/3.

## PUCviva e Cultura Crítica debatem 50 anos do golpe de 64

As revistas PUCviva e Cultura Crítica irão discutir em seus próximos números os 50 anos da instauração da Ditadura Militar no país. A revista PUCviva debaterá aspectos históricos, políticos e econômicos do movimento. Já a revista Cultura Crítica analisará como o golpe influenciou nos destinos das artes e da

cultura brasileira. O professor que quiser enviar artigos para as revistas terá o prazo até 15/3 na revista PUCviva e 31/3 para a revista Cultura Crítica. Os artigos deverão conter no máximo 20 mil caracteres e deverão ser enviados para o endereço eletrônico [apropuc@uol.com.br](mailto:apropuc@uol.com.br)

## PUC-SP abre edital de bolsas

A PUC-SP abriu na semana passada o edital de bolsas de estudo para todos os cursos de graduação. O Edital está disponível até o dia 10/3, prazo para a entrega de todos os documentos ne-

cessários para a seleção dos estudantes. Para consultar o edital completo, assim como o cronograma e a documentação exigida, acesse <http://www.pucsp.br/alunos/bolsas-e-financiamentos>.